



<p>Vida Económica</p> <p>06-11-2015</p>	<p>Periodicidade: Semanal</p>	<p>Temática: Justiça</p>
	<p>Classe: Economia/Neócios</p>	<p>Dimensão: 753</p>
	<p>Âmbito: Nacional</p>	<p>Imagem: S/Cor</p>
	<p>Tiragem: 26000</p>	<p>Página (s): 1/13</p>



André Ventura e Miguel Fernandes adiantam

O combate à corrupção está a dar resultados

Pág. 13

ANDRÉ VENTURA E MIGUEL FERNANDES, AUTORES DO LIVRO "JUSTIÇA, CORRUPÇÃO E JORNALISMO", AFIRMAM

O combate à corrupção está a dar resultados

“A justiça portuguesa está, mais do que nunca, empenhada no combate à corrupção e os resultados começam a surgir em diversas formas e manifestações”, afirma André Ventura. Miguel Fernandes entende que “o jornalismo não pode ficar refém de estratégias e esquemas jurídicos que permitam ocultar a verdade”. Os dois autores do livro “Justiça, corrupção e jornalismo”, recentemente editado pela Vida Económica, trazem a público uma reflexão sobre estas matérias.



“A separação de poderes e a independência da justiça têm de ser alimentadas e protegidas”, defende André Ventura.



“O jornalismo não pode ficar refém de estratégias e esquemas jurídicos que permitam ocultar a verdade”, explica Miguel Fernandes.

Vida Económica - É um dos autores do livro “Justiça, Corrupção e Jornalismo”. Porquê o tema?

André Ventura - Antes de mais porque é extraordinariamente atual. A justiça portuguesa está, mais do que nunca, empenhada no combate à corrupção e os resultados começam a surgir em diversas formas e manifestações. De resto, os recentes desenvolvimentos em torno da Operação Furação, do caso BPN ou da Operação Marquês evidenciam isso mesmo. Neste sentido, os três tópicos fundamentais deste livro – Justiça, Corrupção e Jornalismo – entrecruzam-se de forma mais dramática e atual do que nunca, o que justifica indiscutivelmente trazer a público uma reflexão sobre estas matérias.

VE - Construíram esta obra sobre um diálogo. Foi tarefa fácil? Em algum momento pensaram desistir?

AV - Foi talvez o maior desafio a que nos propusemos. Quer eu quer o Miguel estamos habituados, por força do nosso trabalho, a escrever e a expor ideias sobre as nossas áreas de especialidade. A grande questão, na elaboração deste livro, prendia-se com o facto de querermos apresentar um projeto alternativo e até

inovador. Queríamos ser capazes de mostrar às pessoas um diálogo franco e aberto entre o mundo da justiça e do jornalismo. Apresentar as diferenças sem máscaras. Encetar a discussão sem meias medidas. Este livro é o resultado disso e acaba por ser, nessa medida, um verdadeiro debate de ideias.

Ao longo dos meses vivenciamos momentos duros e exigentes de trabalho, gravação e anotações. Por outro lado, tivemos de pensar muito bem acerca dos elementos que podíamos ou não apresentar ao público e, igualmente importante, ser capazes de distinguir as nossas opiniões pessoais daquilo que objetivamente podemos demonstrar face aos dados de que dispomos. Foi um enorme desafio...mas nunca nos passou pela cabeça desistir.

VE - Faz sentido o regime que temos atualmente em Portugal em matéria de segredo de justiça?

Miguel Fernandes - Faz sentido, por um lado. Nenhum processo é à partida abrangido por segredo de justiça. Começamos bem. A Lei foi alterada, e bem, a meu ver. O problema começa quando é requerido o segredo de justiça e normalmente (o que não faz sentido) isso acontece em casos que têm interesse público, amplamente mediatizados

e que suscitam elevada curiosidade e relevância para o país. Começam aqui os esquemas jurídicos que importa destruir. Depois as diferenças entre o segredo interno e externo. Nos casos de corrupção, a queda do segredo interno devia ser sinónimo de um acesso generalizado à informação que consta no processo mas isso não acontece, no caso de existir uma decisão judicial que indique o contrário.

Luta contra a corrupção ainda numa fase embrionária

VE - Ainda temos um longo caminho para percorrer no combate à corrupção em Portugal. Tem sido eficaz a justiça portuguesa?

AV - Como disse, estamos ainda numa fase muito embrionária na luta contra a corrupção. Mesmo os tipos legais e as definições jurídicas apenas agora começam a ganhar consistência e eficácia. É preciso não esquecer que a tradição latina vai, de algum modo, contra esta ideia de intervenção da justiça na esfera da política e da economia, mesmo quando esteja em causa combater a criminalidade. A nossa matriz de cultura política ainda é fortemente institucionalizada e, infelizmente, a justiça ainda é muitas vezes vista como mais um braço do Executivo.

verdade. Isto é válido para as artimanhas de corrupção, os jogos de poder ilegais praticados por políticos e outros peões privados com ligações proibidas a uma estrutura pública que é paga pelos contribuintes.

Se o jornalismo fosse apenas o resultado do rescaldo de julgamentos ou de informações aprovadas pelos intervenientes, então a profissão acabava. Isso não é jornalismo. A população tem de saber que um jornalista está disposto, em nome da verdade, a ir onde mais ninguém vai, em última análise.

Atualmente, o segredo de justiça tem de ser requerido uma vez que todos os processos são públicos. Na minha opinião, nos casos mais mediatizados - principalmente os que envolvem políticos e corrupção -, deviam manter-se assim. Quem está na política e assume cargos públicos ou é nomeado por políticos tem de começar a entender que pode tentar esconder-se atrás da Lei mas não consegue evitar um confronto com a verdade e a exposição ao público através dos meios de comunicação. As regras judiciais não se aplicam ao jornalismo. Um argumento libado após processo judicial e jurídico, por erro de investigação, ou porque um advogado conseguiu em secretaria esconder a verdade, pode e deve ser alvo de uma investigação jornalística. Mesmo assim, o jornalista não pode violar a Lei.

VE - Qual a mensagem principal que querem transmitir com este livro?

AV - Sem querer ser demasiado polémico, eu diria que a grande mensagem deste livro é a de que, durante muitos anos, em Portugal, o poder político e as grandes elites económicas viveram numa espécie de clima de impunidade que lhes permitiu até, por vezes, lançar mão de todos os instrumentos para calar o jornalismo livre. Esse tempo e essas tentações jamais poderão ser admissíveis num Estado de Direito Democrático. Destroem a natureza da liberdade civil e do espaço de reflexão crítica. Abrem caminho, no fundo, para o totalitarismo moderno. É uma mensagem de alerta: só cuidando e protegendo as liberdades fundamentais - onde se inclui o direito à informação e a uma sociedade livre de corrupção - poderemos defender a nossa jovem democracia.

VE - Como podem os jornalistas conviver com o segredo de justiça nos grandes processos mediáticos que envolvem um grande interesse público?

MF - A responsabilidade dos jornalistas é para com a população e muitas vezes o segredo de justiça condiciona esse dever de informar, o fio condutor da profissão. O jornalista deve investir em investigações próprias - e existem formas de o fazer -, mas se uma das fontes para a realização do seu trabalho for um processo a decorrer, e desde que o interesse público esteja identificado, a informação pode e deve ser utilizada desde que não prejudique a investigação.

O jornalismo não pode ficar refém de estratégias e esquemas jurídicos que permitam ocultar a